

Governo Federal inclui como prioritários os projetos de leilão de direitos minerários de gipsita, calcário e diamantes no Pará e na Bahia

28.04.2021 2 minutos de leitura

Autores

Ana Cândida de Mello
Carvalho

Márcio Pereira

Áreas relacionadas

Infraestrutura, Regulação e
Assuntos Governamentais

Assuntos

Mineração | Infraestrutura,
Regulação e Assuntos
Governamentais | Infraestrutura
Decretos | Governo Federal

Foi publicado, no Diário Oficial da União da quinta-feira (15/04), o Decreto nº 10.675, que qualifica três novos projetos de mineração, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal. São eles: Gipsita do Rio Cupari e Calcário de Aveiro, localizados no Pará, e Diamante de Santo Inácio, localizado na Bahia, todos de titularidade da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), empresa pública ligada ao Ministério de Minas e Energia.

A inclusão desses projetos no PPI havia sido recomendada pelo Conselho do Programa por meio da Resolução CPPI nº 155, de 2 de dezembro de 2020. Com a aprovação do Presidente da República e edição do Decreto nº 10.675/2021, os projetos passam a constar formalmente da lista de projetos considerados prioritários pelo Governo Federal nos diversos setores da infraestrutura.

Como se sabe, o PPI foi criado em 2016 com o intuito de fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria – expressão que abarca as concessões e PPPs, permissões de serviço público, arrendamentos de bem público, concessões de direito real e os outros negócios público-privados - para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização.

Os três projetos minerários qualificados por meio do Decreto nº 10.675/2021 integram os cerca de 30 ativos minerários da CPRM que estão em processo de negociação, iniciado com a licitação do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis (TO), em outubro de 2019. Por meio de licitação, a CPRM oferece a terceiros os direitos minerários relativos a essas áreas.

Segundo informações disponibilizadas nos sites do PPI e da CPRM, a CPRM apurou (i) cerca de 534 milhões de toneladas de gipsita com alto grau de pureza no projeto Gipsita do Rio Cupari / Pará, área que contempla 9 direitos minerários; (ii) 590 milhões de toneladas de calcário com aplicabilidade para corretivo agrícola e para a produção de cimento no projeto Calcário de Aveiro / Pará; e (iii) recursos minerais correspondentes a 244 milhões de toneladas de cascalho mineralizado no projeto Diamante de Santo Inácio, no norte da Bahia.

Devido ao grande potencial de aproveitamento econômico desses recursos minerais, a CPRM pretende negociá-los no curto prazo. A expectativa é realizar os leilões ainda em 2021.

Fontes:

http://antigo.mme.gov.br/web/guest/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/noticias/-/asset_publisher/Idc0DUAr9UAE/content/servico-geologico-do-brasil-publica-editais-para-leiloes-de-direitos-minerarios?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fantigo.mme.gov.br%2Fweb%2Fguest%2Fsecretarias%2Fgeologia-mineracao-e-transformacao-mineral%2Fnoticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_Idc0DUAr9UAE%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1

<http://www.cprm.gov.br/publique/Noticias/Sala-de-Imprensa/Governo-vai-leiloar-direitos-minerarios-de-gipsita%2C-calcario-e-diamantes-no-Para-e-na-Bahia-6655.html>

<https://www.ppi.gov.br/decretoprojetosminerarios>

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



Ana Cândida de Mello Carvalho



Márcio Pereira